nando dos Santos Costa — Joaquim Trigo de Negreiros — João de Matos Antunes Varela — António Manuel Pinto Barbosa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Paulo Arsénio Virissimo Cunha — Eduardo de Arantes e Oliveira — Raul Jorge Rodrigues Ventura — Francisco de Paula Leite Pinto — Ulisses Cruz de Aguiar Cortês — Manuel Gomes de Araújo — Henrique Veiga de Macedo.

Bases da concessão

BASE I

1 — A presente concessão tem por fim a instalação e exploração, em território português, do serviço público de radiodifusão, na sua modalidade de televisão.

2 — Na fase inicial do serviço, a concessionária é obrigada a instalar e abrir à exploração, conforme planos e prazos aprovados pelo Governo, uma cadeia de centros de emissão que cubra as regiões de maior densidade populacional, abrangendo, pelo menos, as regiões de Lisboa, Porto e Coimbra.

3 — Incumbe à concessionária elaborar planos para o desenvolvimento, em fases subsequentes, da cobertura de outros centros populacionais do território português, de acordo com as previsões que seja possível estabelecer, tendo em vista o interesse manifestado pelo público durante aquela fase inicial e as possibilidades dos centros populacionais.

4 — Independentemente das obrigações fixadas nos anteriores n.ºs 2 e 3, poderá o Governo determinar a ampliação do serviço a quaisquer regiões do continente, ilhas adjacentes e províncias ultramarinas, obrigando-se a concessionária a efectuar a sua exploração nos termos destas bases e dos acordos que, para cada caso, forem estabelecidos.

5 — Sem prejuízo do cumprimento das obrigações que lhe são impostas nesta base, fica a concessionária autorizada a efectuar emissões de radiodifusão exclusivamente sonoras, utilizando, para o efeito, os canais de som dos seus emissores.

BASE II

1 — A presente concessão é dada em regime de exclusivo, sujeito, porém, a todas as obrigações emergentes de outras concessões ou de tratados, convenções e acordos internacionais que o Estado haja celebrado ou venha a celebrar.

2 — O exclusivo abrangerá, de início, apenas as regiões referidas no n.º 2 da base I, ampliando-se depois às regiões que, nos termos dos n.ºs 3 e 4 da mesma base, forem sendo integradas na concessão.

3 — O exclusivo é contrapartida da obrigação imposta à concessionária de satisfazer eficientemente as exigências do serviço concedido, e, em relação a cada uma das suas fases, só nessa medida é garantido.

4 — Nas áreas que não estejam cobertas por centros emissores da concessionária não poderão autorizar-se concessões idênticas sem prévia audiência dela, que, em igualdade de condições, gozará do direito de preferência.

BASE III

1 — A concessão é dada pelo prazo de vinte anos, com início no primeiro dia do mês seguinte àquele em que for publicado no *Diário do Governo* o visto do Tribunal de Contas a que alude o artigo 6.º, n.º 2.º, alínea e), do Decreto n.º 22 257, de 25 de Fevereiro de 1933.

2 — Este prazo considerar-se-á tácita e sucessivamente prorrogado por períodos de dez anos, salvo denúncia de uma das partes notificada à outra parte, em carta

registada, com aviso de recepção, com a antecedência de um ano, pelo menos, a contar do termo da concessão ou das suas prorrogações.

BASE IV

1 — A concessionária obriga-se a possuir e a manter, permanentemente, em bom estado de funcionamento, todos os equipamentos, máquinas, utensílios, acessórios e sobresselentes necessários à exploração normal da concessão, de modo a assegurar a regularidade, continuidade e eficiência do serviço.

2 — A concessionária fica obrigada a introduzir, progressivamente, no material de exploração, os aperfeiçoamentos técnicos que forem postos em prática por organizações congêneres de reconhecido prestígio e que contribuam para melhorar a qualidade do serviço.

3 — Obriga-se ainda a concessionária a adquirir na indústria nacional todo o material a que se refere o anterior n.º 1, desde que a sua qualidade e prazos de entrega sejam satisfatórios e os seus preços, no local da produção, não excedam em 15 por cento o custo do material estrangeiro posto no País e despachado com o benefício da isenção de direitos estabelecida no n.º 1, alínea b), da base IX.

4 — Para renovação do material referido no n.º 1 desta base constituir-se-á, à custa das receitas de exploração, um fundo de amortização e renovação, em termos a estabelecer pela concessionária, com aprovação do Governo. Este fundo poderá também ser investido em novas aquisições ou aplicado a outros fins reputados convenientes, desde que o Governo assim o autorize.

BASE V

1 — O pessoal da concessionária será de nacionalidade portuguesa, podendo, porém, o Governo, durante o período de instalação do serviço e em casos excepcionais devidamente justificados, autorizar a admissão de pessoal estrangeiro.

BASE VI

1 — A concessionária não poderá, sem expressa autorização do Governo, tomar quaisquer deliberações que tenham por fim:

- a) A alteração do objecto social;
- b) A transformação, fusão e dissolução da sociedade;
- c) O aumento ou redução do capital;
- d) A emissão de obrigações;
- e) A cedência a terceiros, no todo ou em parte, e seja a que título for, da exploração da concessão;
- f) A suspensão ou cessação, temporária ou definitiva, da exploração do serviço.

BASE VII

1 — A concessionária gozará das seguintes regalias e privilégios:

- a) Isenção de todos os impostos e contribuições, quer gerais quer especiais, do Estado ou das autarquias locais;
- b) Isenção de direitos de importação e exportação e de emolumentos consulares relativos aos materiais enumerados no Decreto-Lei 39 281, de 18 de Julho de 1953, e aos equipamentos, máquinas, utensílios, acessórios, sobresselentes, fitas magnéticas e filmes para programas necessários à exploração normal da concessão;
- c) Isenção do pagamento de taxas de radiodifusão e de televisão relativas a aparelhos receptores de sua propriedade, qualquer que seja o local onde se encontrem instalados.

O Governo adoptará as providências adequadas para manter nos seus justos limites as isenções concedidas nas alíneas b) e c).

2 — A concessionária beneficiará das facilidades e prerrogativas que, para o exercício das suas atribuições, a lei confere à Emissora Nacional de Radiodifusão, designadamente das que constam do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 30 752, de 14 de Setembro de 1940, e do artigo 4.º, n.º 7.º, do mesmo diploma, alterado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37 230, de 22 de Dezembro de 1948.

3 — Não serão passíveis de imposto sobre a aplicação de capitais os juros das obrigações emitidas pela concessionária.

BASE VIII

1 — Esta concessão é declarada de utilidade pública.

2 — A concessionária é conferido o direito de, em conformidade com as leis e regulamentos em vigor, ocupar os terrenos do domínio público e particular destinados ao estabelecimento das linhas e instalações que sejam indispensáveis à exploração da concessão. A concessionária, porém, fica obrigada a efectuar de sua conta as alterações que porventura lhe sejam impostas pelas autoridades competentes, por motivos de interesse ou segurança pública.

BASE IX

1 — O Governo, sempre que as circunstâncias assim o aconselhem, designadamente em caso de guerra ou de emergência grave, reserva-se o direito de suspender, por tempo indeterminado, o serviço concedido e, quando necessário, de o gerir directamente.

2 — Durante o período em que o Governo exercer o direito referido no número anterior, interromper-se-á o prazo de vigência da concessão ou das suas prorrogações.

BASE X

1 — A concessionária obriga-se a organizar programas de nível elevado, com a composição e a duração aconselháveis, de modo a preencher, nas melhores condições possíveis, as necessidades do público.

2 — Os programas deverão ter carácter essencialmente educativo, recreativo, cultural e de informação, dentro dos princípios morais e sociais instituídos pela Constituição Política da Nação.

3 — Os programas poderão incluir, em parte, emissões publicitárias, com observância, porém, do estabelecido nestas bases e nos regulamentos que vierem a ser publicados acerca desta matéria.

BASE XI

1 — A utilização do tempo das emissões será reservada, exclusivamente, às seguintes entidades:

- a) Ao Estado, por intermédio da Emissora Nacional de Radiodifusão;
- b) As emissoras particulares de radiodifusão que sejam accionistas da sociedade concessionária;
- c) A concessionária.

2 — O tempo de emissão a utilizar pelo Estado e pelas emissoras particulares de radiodifusão será proporcional ao capital que possuam na empresa, até ao limite de 80 por cento. A concessionária utilizará todo o tempo restante, nunca inferior a 20 por cento do total da emissão.

3 — A utilização de tempo de emissão será paga de harmonia com as tabelas aprovadas pelo Governo. Porém, nos pagamentos devidos pelo Estado será levada em conta a percentagem sobre as taxas de radiodifusão

que a Emissora Nacional de Radiodifusão entregar à concessionária, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 40 341, desta data.

4 — A concessionária submeterá a aprovação do Governo as normas e tabelas relativas à aplicação das disposições contidas nos anteriores n.ºs 2 e 3.

5 — A concessionária obrigar-se-á a emitir diariamente um mínimo de trinta minutos de programas próprios, sem inclusão de publicidade. O período de duração destes programas será ampliado à medida que aumentarem as receitas das taxas de televisão, devendo, para o efeito, a concessionária submeter a aprovação do Governo os correspondentes planos de emissão, tendo sempre em vista o conveniente equilíbrio entre aquela ampliação e o desenvolvimento normal da rede de emissores previsto no n.º 2 da base II.

BASE XII

1 — A concessionária poderá efectuar as seguintes explorações comerciais:

- a) Cedência de tempo de emissão, nos termos da base anterior;
- b) Emissões de televisão e de radiodifusão, nos termos dos n.ºs 1 e 5 da base I, com inclusão de publicidade comercial;
- c) Venda e aluguer de filmes com programas;
- d) Venda e aluguer de aparelhos de televisão e de radiodifusão e seus acessórios;
- e) Serviço de assistência técnica aos aparelhos receptores de televisão e de radiodifusão.

2 — A concessionária, mediante autorização do Governo, poderá exercer outras actividades comerciais ligadas ou relacionadas, directamente, com a exploração da presente concessão.

BASE XIII

1 — A fiscalização em relação aos serviços concedidos será exercida sob a superintendência do comissário do Governo:

- a) Quanto à parte técnica, por intermédio da Direcção dos Serviços Radioeléctricos da Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones;
- b) Quanto a programas, pela entidade para o efeito designada no Estatuto da Radiodifusão Nacional.

2 — Os agentes fiscalizadores terão livre acesso a todas as instalações da concessionária, devendo esta facultar todos os elementos e prestar todas as informações que os mesmos agentes lhe solicitarem para cabal desempenho da sua missão.

3 — A correspondência entre a fiscalização e a concessionária correrá sempre pelo comissário do Governo, ao qual compete acompanhar toda a actividade da sociedade, assistindo às reuniões da assembleia geral e dos corpos gerentes, com o direito de suspender, até resolução do Governo, as deliberações que considerar ilegais ou inconvenientes ao interesse público.

BASE XIV

1 — A infracção do disposto nestas bases e nas leis e regulamentos aplicáveis, e o não cumprimento das determinações da fiscalização relativas à organização, funcionamento e verificação técnica do serviço, quando outra sanção não esteja especialmente prevista, serão punidos, consoante a sua gravidade, com multas de 1.000\$ a 50.000\$, que constituirão receita do Estado.

2 — As multas referidas no número anterior serão aplicadas pelo comissário do Governo a requerimento

ou com o parecer das entidades referidas no n.º 1 da base XIII, salvo recurso para a Presidência do Conselho, o qual, todavia, não terá efeito suspensivo. O seu pagamento efectuar-se-á no Banco de Portugal, como caixa geral do Tesouro, dentro de trinta dias, a contar da notificação, mediante guias passadas pela entidade fiscalizadora a que competir.

3 — O pagamento das multas previstas nesta base não isenta a concessionária da responsabilidade civil em que eventualmente se constitua, por virtude das infracções cometidas.

BASE XV

1 — Quando ocorra ou esteja iminente a interrupção do serviço, não autorizada nem devida a caso de força maior, ou quando se verifiquem perturbações ou deficiências graves, tanto na organização e funcionamento do serviço como no estado geral das instalações e do material, poderá o Governo substituir-se temporariamente à concessionária, declarando a concessão em estado de sequestro.

2 — No caso previsto no número anterior, o Governo, depois de notificar a sua decisão à concessionária, tomará conta imediata de toda a instalação e adoptará as medidas que julgar convenientes para assegurar o objectivo da concessão, correndo por conta da mesma concessionária todos os encargos com a manutenção do serviço, incluindo as despesas extraordinárias que haja a fazer para normalizar a exploração.

3 — Logo que cessem as razões determinantes do sequestro e o Governo o julgue oportuno a concessionária será notificada para retomar a exploração do serviço, sendo então reintegrada na posse de todas as instalações da concessão.

4 — Se, porém, a concessionária não puder ou não quiser retomar a exploração, ou, retomando-a, continuarem a verificar-se irregularidades graves, poderá o Governo determinar a imediata rescisão da concessão.

BASE XVI

1 — O Governo poderá determinar o resgate da concessão a partir do décimo ano de vigência do respectivo contrato. Esta decisão será notificada à concessionária em carta registada com aviso de recepção e produzirá todos os seus efeitos um ano depois da data daquela notificação.

2 — Por virtude do resgate reverterá para o Estado a universalidade da concessão, compreendendo todo o equipamento, edifícios, instalações, maquinismos, utensílios, acessórios, sobresselentes, móveis, semoventes, matérias-primas e quaisquer outros bens afectados, de modo permanente, à exploração, bem como o fundo de amortização e renovação previsto no n.º 4 da base IV e os direitos e vantagens considerados no n.º 3 da base XVIII.

3 — O Estado obriga-se a pagar à concessionária a importância correspondente ao valor nominal das acções emitidas.

4 — Os encargos das obrigações ou de outras dívidas da concessionária que não possam ser satisfeitos pelas reservas constituídas para esses fins serão suportados pelo Estado.

5 — Por cada um dos anos que faltarem para o termo da concessão receberá a concessionária um prémio de evicção correspondente ao dividendo médio distribuído aos accionistas nos cinco anos anteriores à notificação do resgate.

6 — Após aquela notificação a concessionária não poderá alienar ou onerar, sem expressa autorização do Governo, os bens que, nos termos do n.º 2 desta base, constituírem a universalidade da concessão.

BASE XVII

1 — O Governo poderá rescindir o contrato de concessão sempre que do não cumprimento das obrigações essenciais impostas à concessionária resultem perturbações graves na organização e funcionamento do serviço concedido.

São designadamente motivos de rescisão:

- a) A infracção do disposto na base VI;
- b) A manifesta insuficiência ou impropriedade do material ou da qualidade dos programas para preencher os objectivos normais da concessão;
- c) A reiterada desobediência às legítimas determinações do Governo relativas à exploração e funcionamento do serviço ou à organização de programas;
- d) A sistemática inobservância das disposições destas bases e dos regulamentos de exploração, quando se mostrem ineficazes as sanções previstas para as mesmas infracções;
- e) A repetição de actos graves de indisciplina do pessoal por culpa ou simples negligência da concessionária;
- f) A suspensão injustificada, total ou parcial, da exploração do serviço ou a sua manutenção em condições manifestamente deficientes;
- g) O abandono da exploração.

2 — Tratando-se de faltas meramente culposas e susceptíveis de correcção, a rescisão não deverá ser declarada sem que a concessionária tenha sido notificada, em carta registada com aviso de recepção, para, em prazo adequado, normalmente não superior a noventa dias, cumprir integralmente as suas obrigações contratuais.

3 — A rescisão são aplicáveis as prescrições estabelecidas para o resgate da concessão nos n.ºs 2, 3, 4 e 6 da base XVI.

BASE XVIII

1 — No termo da concessão poderá o Governo, conforme julgar mais conveniente aos interesses do Estado, proceder de acordo com o disposto nos n.ºs 2 e 3 da base XVI ou comprar, no todo ou em parte, a universalidade da concessão, pelo valor que nesse momento tiver, obrigando-se a concessionária a efectuar a respectiva venda.

2 — Se, porventura, houver obrigações não amortizadas ou dívidas pendentes com vencimento posterior ao termo da concessão, por efeito, num e noutro caso, de expressa autorização do Governo, ficará o pagamento desses débitos a constituir encargo do Estado.

3 — Finda a concessão, serão transmitidos gratuitamente para o Estado o direito ao arrendamento de quaisquer prédios ocupados pelos serviços da concessionária e todas as vantagens que esta tenha obtido de terceiros em benefício da exploração e sejam necessários à continuidade da mesma.

Nos contratos celebrados pela concessionária será obrigatoriamente incluída uma cláusula destinada a garantir o cumprimento destas obrigações.

4 — A concessionária obriga-se a não abandonar a exploração do serviço, no termo da concessão, sem que esteja convenientemente assegurada a continuidade do mesmo serviço. Neste caso, o Estado suportará os encargos resultantes do prolongamento da exploração.

BASE XIX

1 — Todas as questões suscitadas entre o Governo e a concessionária, acerca da interpretação ou execução do contrato de concessão, serão resolvidas por um tribunal arbitral composto por três membros, sendo um nomeado pelo Governo, outro pela concessionária e o ter-

ceiro, que exercerá as funções de presidente, designado pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

2 — O tribunal arbitral funcionará na comarca de Lisboa.

3 — O tribunal julgará *ex aequo et bono*, não havendo, portanto, recurso das suas decisões.

4 — As despesas efectuadas com a constituição e funcionamento do tribunal arbitral serão suportadas pela parte vencida, na proporção em que o for.

Presidência do Conselho, 18 de Outubro de 1955. — O Ministro da Presidência, *Marcello Caetano*.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Subsecretariado de Estado da Assistência Social

Decreto-Lei n.º 40 342

Considerando que o abastecimento de géneros e outros artigos de primeira necessidade aos institutos e estabelecimentos oficiais de assistência tem de ser feito com regularidade e dentro das melhores normas de economia;

Considerando que as dificuldades com que por vezes lutam aqueles organismos na aquisição de géneros e artigos de consumo e a necessidade de limitarem os seus gastos, com vantagem para a extensão da actividade que desempenham, plenamente justificam a adopção de providência que os beneficie nesse aspecto, equiparando-os a outras instituições que gozam de regime especial;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. Os institutos e estabelecimentos oficiais de assistência são equiparados à Manutenção Militar quanto às facilidades de aquisição de géneros e quaisquer produtos, ressalvado apenas o direito de requisição.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 18 de Outubro de 1955. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *Marcello Caetano* — *Joaquim Trigo de Negreiros* — *João de Matos Antunes Varela* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Américo Deus Rodrigues Thomaz* — *Paulo Arsénio Viríssimo Cunha* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *Raul Jorge Rodrigues Ventura* — *Francisco de Paula Leite Pinto* — *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês* — *Manuel Gomes de Araújo* — *Henrique Veiga de Macedo*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Repartição do Gabinete

Decreto-Lei n.º 40 343

Os compromissos assumidos por Portugal no quadro do Tratado do Atlântico Norte e o notável desenvolvimento da técnica naval verificado nos últimos anos obrigaram a encarar a substituição do Regulamento Geral Orgânico do Ministério da Marinha, que o Decreto n.º 26 148, de 14 de Dezembro de 1935, pôs em execução e que, manifestamente desactualizado, se mostra incapaz de dar satisfação às necessidades actuais da Marinha.

Embora já projectada, não pode a nova orgânica, sujeita ainda a indispensáveis ajustamentos, ser posta ime-

diatamente em vigor. Mas, sendo agora o momento mais oportuno para dar a alguns dos cargos existentes as designações que devem passar a ter e para lhes definir as correspondentes funções, justifica-se que pelo presente diploma se publiquem antecipadamente umas e outras.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É extinto o Comando-Geral da Armada, passando todas as funções que pela legislação em vigor cabem ao comandante-geral da Armada a ser desempenhadas por um vice-almirante, com a designação de chefe do Estado-Maior da Armada.

Art. 2.º O chefe do Estado-Maior da Armada é o chefe militar da corporação da Armada e o comandante supremo das forças da marinha de guerra, em tempo de paz e em caso de emergência ou de conflito armado. Exerce as funções de inspector-geral de todas as forças e serviços militar-navais, sendo o principal informador e o conselheiro técnico naval do Ministro da Marinha, perante quem é responsável pela preparação e condições de aprontamento das forças navais, serviços de apoio e reservas, pelos planos de defesa e de operações e pela eficiência dos meios disponíveis para a sua execução.

§ 1.º É da competência do Ministro da Defesa Nacional, sob proposta do Ministro da Marinha, a escolha do chefe do Estado-Maior da Armada, sendo a sua nomeação feita por portaria emitida pelo segundo.

§ 2.º O contra-almirante nomeado chefe do Estado-Maior da Armada ascende, por esse facto, ao posto de vice-almirante, devendo essa circunstância constar expressamente do diploma da sua nomeação.

§ 3.º O chefe do Estado-Maior da Armada terá direito a todas as gratificações que a legislação em vigor atribui ao comandante-geral da Armada.

Art. 3.º Manter-se-á, com a sua actual constituição e atribuições e até à publicação do novo Regulamento Geral Orgânico do Ministério da Marinha, o gabinete do comandante-geral da Armada, que passará a ter a designação de gabinete do chefe do Estado-Maior da Armada.

Art. 4.º É extinto o Estado-Maior Naval e criado em sua substituição o Estado-Maior da Armada, organismo de estudo, concepção, previsão e orientação das actividades da Armada e que funciona, por delegação do chefe do Estado-Maior da Armada, sob as ordens de um contra-almirante, com a designação de subchefe do Estado-Maior da Armada, responsável perante aquele pela execução dos serviços na sua dependência.

§ 1.º O Estado-Maior da Armada terá também, até à publicação do novo Regulamento Geral Orgânico do Ministério da Marinha, a estrutura orgânica e as atribuições especiais do actual Estado-Maior Naval.

§ 2.º O actual subchefe do Estado-Maior Naval passará a designar-se por adjunto do subchefe do Estado-Maior da Armada, mantendo as atribuições que hoje estão a seu cargo.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 18 de Outubro de 1955. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *Marcello Caetano* — *Fernando dos Santos Costa* — *Joaquim Trigo de Negreiros* — *João de Matos Antunes Varela* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Américo Deus Rodrigues Thomaz* — *Paulo Arsénio Viríssimo Cunha* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *Raul Jorge Rodrigues Ventura* — *Francisco de Paula Leite Pinto* — *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês* — *Manuel Gomes de Araújo* — *Henrique Veiga de Macedo*.